

INTRODUÇÃO

A Governança Corporativa é o conjunto de relações entre a administração de uma instituição, seu conselho, seus acionistas e outras partes interessadas. Adicionalmente, pode ser entendida como o conjunto de práticas que tende a agregar valor aos acionistas de uma instituição.

De modo geral, a Governança Corporativa representa uma série de mecanismos que visam diminuir os atritos gerados pela assimetria de informações, atribuindo importância idêntica aos interesses de todas as partes de uma organização e minimizando os conflitos de interesses.

Com o crescimento da participação dos investidores institucionais no mercado de capitais, a Governança Corporativa ganhou maior importância no Brasil, especialmente no âmbito das instituições de capital aberto.

Atenta a este contexto, a Austin Rating passou a desenvolver estudos internos sobre as práticas de governança nas instituições brasileiras, os quais, inicialmente, serviram como referencial qualitativo para os ratings de crédito concedidos pela agência.

No início de 2002, motivada pela maior evidência do tema, a Austin criou o seu Comitê de Governança Corporativa, cujos objetivos iniciais eram aprofundar o debate sobre as práticas de governança em nível mundial, desenvolver padrões de governança adequados aos aspectos regulatórios brasileiros e ampliar a base de informações qualitativas de instituições nacionais e estrangeiras.

Após ter atingido os objetivos acima descritos, o Comitê de Governança da Austin Rating pôde desenvolver uma metodologia de avaliação de práticas de Governança Corporativa completamente segregada da análise de crédito corporativo.

Assim, em junho de 2003, surgiu o Rating de Governança Corporativa (RGC).

Definição e Objetivo

O Rating de Governança Corporativa da Austin Rating mede o grau de adaptação de uma determinada instituição às práticas de Governança Corporativa. O objetivo principal do RGC é avaliar se as práticas adotadas pela instituição atendem os interesses de seus credores e, principalmente, de seus acionistas.

Princípios Básicos

A Governança Corporativa não contempla um modelo único aplicável a todos os países e instituições. Apesar disso, a OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) relacionou alguns princípios básicos que se adaptam a uma gama diversa de ambientes legais, políticos e econômicos, a saber:

Eqüidade
Transparência
Prestação de Contas
Responsabilidade

Esses princípios foram eleitos pela Austin Rating como “pano de fundo” para o Rating de Governança Corporativa.

Critérios Adotados

Para a atribuição do rating, a Austin estabeleceu uma série de critérios baseados nos principais códigos e recomendações nacionais e internacionais de boas práticas de Governança Corporativa. Entre esses destacam-se os Princípios de Governança Corporativa da OCDE, o Código do Banco Mundial, o Código Brasileiro das Melhores Práticas de Governança Corporativa (IBGC) e as recomendações da Bovespa e da CVM sobre Governança Corporativa.

Estrutura Analítica

O Rating de Governança Corporativa é construído sobre o alicerce dos princípios básicos e dos critérios adotados, compreendendo a análise de sete tópicos:

1. Estrutura da Propriedade: *Transparência, Concentração e Relações*
2. Acionistas: *Direitos e Relação com a instituição*
3. Conselho de Administração: *Estrutura, Independência e Desempenho*
4. Gestão: *Estrutura, Independência, Responsabilidade, Transparência, Prestação de Contas e Relacionamentos*
5. Auditoria e Conselho Fiscal: *Independência e Desempenho*
6. Informações: *Transparência e Disclosure*
7. Responsabilidade Social e Ética

A seguir são apresentados os pilares de análise e seus principais tópicos.

1. ESTRUTURA DA PROPRIEDADE: TRANSPARÊNCIA, CONCENTRAÇÃO E RELAÇÕES

1.1. Transparência

Distribuição acionária

Abertura completa de todos os acionistas

Tipos de investidores

Identificação dos 20 maiores acionistas

Número de grupos econômicos na estrutura de propriedade

Histórico de mudanças na participação dos maiores acionistas

Métodos de registro de participação

Evidência de participação acionária indireta (nominativa)

Limites estabelecidos de participação de diretores e administradores no capital

Participação acionária de administradores e diretores executivos

1.2. Concentração e Influência dos Controladores e Outros Acionistas

Concentração em grupos econômicos, familiares

- Afiliações e ligações entre acionistas
- Participação dos principais acionistas em outras instituições
- Principais contratos e acordos com outras instituições
- Participação dos principais acionistas em instituições afiliadas
- Principais contratos e acordos com instituições afiliadas
- Propriedade e administração das instituições afiliadas
- Outros contratos e acordos dos acionistas com diretores e administradores (fornecedores, clientes, consultorias, etc.)
- Participação acionária de conselheiros, diretores executivos, e empregados importantes em instituições afiliadas e em outras instituições
- Influência dos investidores institucionais

2. ACIONISTAS: DIREITOS E RELAÇÃO COM A INSTITUIÇÃO

2.1. Votação e Assembléia Geral

- Estatutos definidos para a organização das assembléias gerais e regras de votação
- Editais de convocação da assembléia
- Facilidades para a participação dos acionistas nas assembléias
- Mecanismos facilitadores à participação dos acionistas estrangeiros
- Prazo de agendamento da assembléia
- Comunicação de reuniões extraordinárias
- Envio de documentação com antecedência
- Possibilidades de inclusão de assuntos na pauta das reuniões
- Possibilidade de questionamento prévio
- Organização da assembléia
- Atas das assembléias anteriores
- Taxa de participação dos acionistas nas assembléias
- Taxa de participação dos acionistas nas votações
- Regras e procedimentos de votação
- Informações aos acionistas sobre as regras e procedimentos de votação
- Mecanismos para procurações
- Controle e disposições contra fraudes no processo de votação

2.2. Direitos dos Acionistas

- Tipos de ações
- Direitos dos diferentes tipos de ações
- Mecanismos de registro
- Disponibilidade dos registros de proprietários
- Política de distribuição dividendos
- Histórico de dividendos
- Acesso aos acordos de acionistas
- Mecanismos de reparação por violação de direitos

2.3. Proteção do Valor dos Acionistas

- Mecanismos de proteção contra aquisições (*Poison pills, etc.*)
- Reação a eventuais propostas de aquisição
- Cláusulas contra a diluição do valor das ações
- Medidas proibitivas do uso de informação privilegiada
- Medidas previstas no estatuto para a proteção do valor das ações dos minoritários
- Medidas previstas para a proteção do preço das ações no caso de fechamento de capital

3. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: ESTRUTURA, INDEPENDÊNCIA E DESEMPENHO

3.1. Estrutura e Independência

- Tamanho e composição do conselho
- Processo de seleção dos conselheiros
- Tipos de conselheiros e vínculos com a instituição
- Qualificação dos conselheiros
- Comitês do conselho
- Liderança e compromissos do conselho
- Relacionamento com os acionistas da instituição
- Vínculos dos conselheiros com partes interessadas externas
- Vínculos entre conselheiros e diretores executivos
- Representatividade dos acionistas no conselho
- Mudanças no conselho

3.2. Papel e Desempenho

- Responsabilidades e funções do conselho
- Documentos e agenda das reuniões dos comitês
- Acesso às informações por parte do conselheiros
- Processos de identificação, avaliação e administração de risco.
- Auditoria interna e controles internos
- Procedimentos das Reuniões (Documentos, agendas e atas)
- Frequência das reuniões do conselho
- Participação dos conselheiros nas reuniões
- Participação de visitantes nas reuniões
- Direito a consultas externas
- Relacionamento do conselho com os proprietários, diretores executivos, conselho fiscal e auditores independentes

3.3. Políticas de Remuneração, Avaliação e de Sucessão (conselheiros e executivos)

- Política de remuneração dos executivos
- Transparência da política de remuneração
- Remuneração por desempenho

Critérios de avaliação de desempenho

- Tipos de remuneração
- Comitê de Remuneração
 - Processo de eleição (indicação)*
 - Estrutura*
 - Qualificação e competência dos membros*
 - Principais funções (envolvimento)*
 - Independência*
 - Prestação de contas*
 - Relacionamento com consultores de remuneração*
- Planejamento sucessório de conselheiros e executivos
- Histórico de conselheiros e diretores da instituição

4. GESTÃO: ESTRUTURA, INDEPENDÊNCIA, RESPONSABILIDADE, PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELACIONAMENTOS

4.1. Estrutura e Independência

- Nomeação dos diretores
- Estrutura das diretorias
- Número de diretores
- Qualificação e experiência dos diretores
- Vínculos da diretoria executiva com os acionistas
- Vínculos dos diretores com outras partes interessadas
- Vínculos dos diretores com o conselho de administração

4.2. Responsabilidade

- Compromissos definidos da diretoria da instituição com o valor dos acionistas
- Funções das diretorias
- Política de metas
- Planejamento estratégico
- Controle das áreas

4.3. Transparência e Prestação de Contas

- Revelação de informações pelas diretorias
- Canais de divulgação de informações utilizados pela diretoria
- Prestação de contas das diretorias
- Código de Governança Corporativa
- Código de ética das diretorias

4.4. Relacionamentos

- Entre as diretorias
- Com o conselho de administração

- Com as partes interessadas (credores)
- Com os auditores
- Com o conselho fiscal
- Com consultores
- Com o mercado
- Com os investidores institucionais
- Com as instituições fiscalizadoras (externas)

5. AUDITORIA E CONSELHO FISCAL: INDEPENDÊNCIA E DESEMPENHO

5.1. Comitê de auditoria

- Processo de eleição
- Estrutura
- Qualificação e competência dos membros
- Principais funções (envolvimento)
- Independência
- Prestação de contas (para o conselho e para os acionistas)
- Crterios de escolha dos auditores externos

5.2. Auditoria Externa

- Reputação dos auditores (histórico)
- Remuneração
- Rotatividade dos auditores
- Relatórios de auditoria
- Independência e conflitos de interesses

5.3. Conselho Fiscal

- Processo de eleição (indicação)
- Qualificação e competência dos membros
- Principais funções (envolvimento)
- Independência
- Prestação de contas para os proprietários
- Crterios de escolha dos auditores externos
- Fiscalização do conselho de administração
- Relacionamento com os auditores externos
- Relacionamento com a diretoria
- Relacionamento com os acionistas

6. INFORMAÇÕES: TRANSPARÊNCIA E DISCLOSURE

6.1. Qualidade e Conteúdo das Informações Públicas

- Estatuto da instituição
- Demonstrações financeiras
 - padrões contábeis utilizados*
 - abertura das informações*
 - compreensibilidade*
- Registros de transações
- Relatórios anuais
- Relatórios sociais e ambientais
- Informações enviadas aos acionistas
- Outras informações relevantes
- Qualidade das informações não-financeiras
- Qualidade de registros da instituição

6.2. *Disclosure* : Acesso e Cronograma

- Procedimento para a divulgação das informações relevantes
- Frequência da divulgação de informações
- Materiais informativos para os investidores
- Canais de mídia utilizados para a divulgação das informações (website e jornais)
- Distribuição dos relatórios para os acionistas
- Acesso aos registros da instituição

7. RESPONSABILIDADE SOCIAL E ÉTICA

7.1. Política de Recursos Humanos

7.2. Difusão dos Princípios de Governança

7.3. Ações sociais desenvolvidas pela instituição e informação ao público

7.4. Comprometimento com as questões relativas ao meio-ambiente e desenvolvimento social

7.5. Relacionamento da instituição com partes interessadas que possam vir a prejudicar o seu desempenho

7.6. Códigos de Ética e Aplicação

Entrevistas

1. Acionistas Majoritários
2. Acionistas Minoritários
3. Conselheiros
4. Presidente do Conselho
5. Diretoria
6. Executivos Principais
7. Diretor de Relações com o Mercado
8. Diretor Financeiro
9. Diretor de Recursos Humanos
10. Auditores Internos
11. Membros do Conselho Fiscal
12. Auditores Externos

Escala de Notas

No Rating de Governança Corporativa, a **Austin Rating** utiliza uma escala de letras que varia de AAA a CCC. Essas letras indicam o grau de adaptação da instituição aos critérios de Governança Corporativa definidos pela agência.

- AAA** A instituição adota práticas excepcionais de Governança Corporativa, adaptando-se integralmente aos critérios estabelecidos pela Austin Rating. Adicionalmente, mantém compromisso explícito com o desenvolvimento e a implementação de novas práticas que continuem atendendo aos interesses dos acionistas e demais partes.
- AA** A instituição adota excelentes práticas de Governança Corporativa, adaptando-se em grau muito elevado aos critérios estabelecidos pela Austin Rating. Adicionalmente, mantém compromisso explícito com o aperfeiçoamento das práticas existentes e com a introdução de novas práticas que atendam aos interesses dos acionistas e demais partes.
- A** A instituição adota ótimas práticas de Governança Corporativa, adaptando-se em elevado grau aos critérios estabelecidos pela Austin Rating. Adicionalmente, mantém compromisso com o aperfeiçoamento das práticas existentes e com a introdução de novas práticas que atendam aos interesses dos acionistas e demais partes.
- BBB** A instituição adota boas práticas de Governança Corporativa, adaptando-se em médio grau aos critérios estabelecidos pela Austin Rating. Apesar de não atingir o nível de excelência, mantém esforços contínuos para a implementação da cultura de Governança Corporativa.
- BB** A instituição adota práticas razoáveis de Governança Corporativa, adaptando-se em médio grau aos critérios estabelecidos. a instituição mantém esforços contínuos na difusão interna e na implementação da cultura de Governança Corporativa
- B** A instituição adota práticas de Governança Corporativa inferiores à média, adaptando-se em baixo grau aos critérios estabelecidos pela Austin Rating. Apesar da cultura de Governança ainda estar pouco desenvolvida, existe a consciência da importância do aprimoramento desses valores e, conseqüentemente, a perspectiva de melhora.
- CCC** A instituição adota práticas ruins de Governança Corporativa, adaptando-se em grau muito baixo aos critérios estabelecidos pela Austin Rating. A cultura de Governança Corporativa ainda está pouco difundida entre os diferentes níveis da instituição, o que impossibilita o aperfeiçoamento das práticas existentes.

Sinais (+) mais e (-) menos são utilizados para identificar uma melhor ou pior posição dentro de uma mesma escala de rating.

© Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.

Austin Rating

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., 110 - 7º andar - Cj. 73 - Itaim - São Paulo - SP – Brasil
Telefone: (11) 3377-0707 / Fax: (11) 3377-0739 / 3377-0740
www.austin.com.br